



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO - PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução

www.cmpresidentejuscelino.ma.gov.br

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 1 de 10

SUMÁRIO

Poder Legislativo	2
Atos Legislativos	2
Projetos de leis	2
Decreto Legislativo	5

EXPEDIENTE

O Diário Oficial veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação do Poder Legislativo do Município de Presidente Juscelino/MA, sendo referida entidade inteiramente responsável pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico:
www.cmpresidentejuscelino.ma.gov.br/diario-oficial

ENTIDADES

Camara Municipal de Presidente Juscelino

CNPJ 00.661.689/0001-03

Avenida Ituaçu - Centro

Telefone: (98) 98731-6717

Site: www.cmpresidentejuscelino.ma.gov.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001 e Lei 14.063, de 2020

O Poder Legislativo de Presidente Juscelino garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.cmpresidentejuscelino.ma.gov.br



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 2 de 10

PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos

Projetos de leis



ESTADO DO MARANHÃO PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

PROJETO DE LEI Nº. 001/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº. 001/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO, ESTADO DO MARANHÃO, APROVA:

Art. 1º

Fica estabelecida a margem consignável de até 40% (quarenta por cento) sobre o valor da remuneração mensal dos vereadores da Câmara Municipal de Presidente Juscelino/MA, para fins de contratação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

Art. 2º

Do percentual previsto no artigo anterior:

I – até 35% (trinta e cinco por cento) poderá ser destinado a operações de empréstimos pessoais consignados;

II – até 5% (cinco por cento) poderá ser destinado exclusivamente para operações realizadas por meio de cartão de crédito consignado.

Art. 3º

As consignações facultativas dependerão de autorização expressa do vereador, mediante termo próprio, observado o limite estabelecido nesta Lei.

Art. 4º

A soma das consignações compulsórias e facultativas não poderá ultrapassar o limite estabelecido nesta Lei.

Art. 5º

A Câmara Municipal poderá firmar convênios com instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, para operacionalização dos empréstimos consignados.

Art. 6º

Compete ao setor administrativo da Câmara:

I – proceder aos descontos em folha de pagamento;

II – observar os limites legais de consignação;



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 3 de 10



ESTADO DO MARANHÃO PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

PROJETO DE LEI Nº. 001/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

III – garantir a transparência das operações realizadas.

Art. 7º

A aplicação desta Lei não implicará aumento de despesa pública, tratando-se apenas de autorização para consignação em folha de pagamento, sem ônus adicional ao erário.

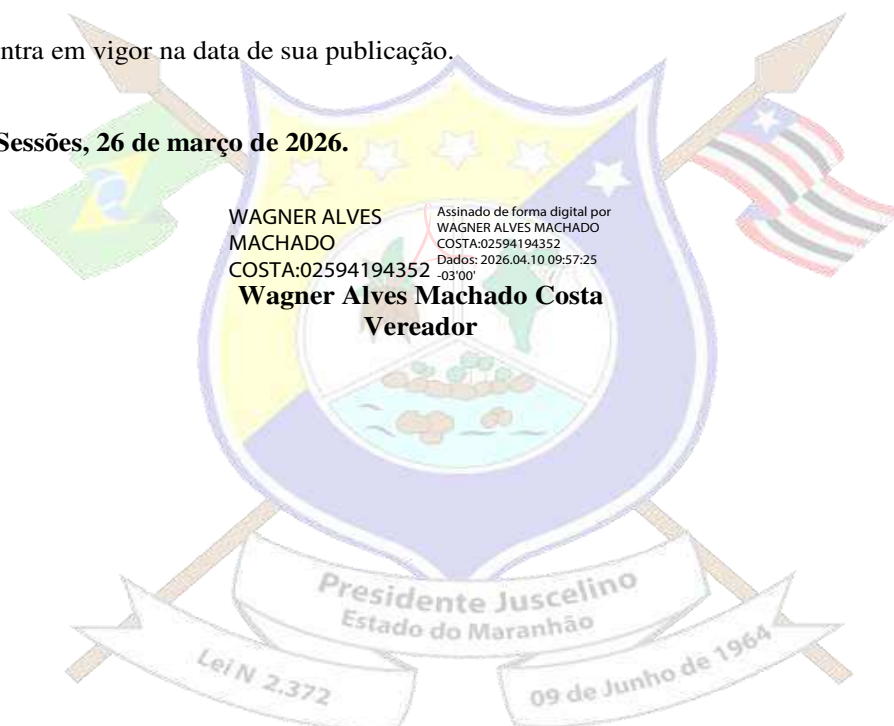
Art. 8º

Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por ato da Mesa Diretora.

Art. 9º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de março de 2026.





DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 4 de 10



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO
PROJETO DE LEI Nº. 001/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

JUSTIFICATIVA

1. Legislação

A presente proposição encontra respaldo nos princípios da autonomia administrativa do Poder Legislativo Municipal, bem como na possibilidade de regulamentação interna da remuneração e dos descontos incidentes sobre os subsídios dos vereadores, conforme a Constituição Federal e a legislação correlata.

2. Contextualização

A ampliação da margem consignável visa possibilitar melhores condições de acesso ao crédito aos vereadores, por meio de operações com taxas reduzidas, sem impor qualquer obrigação financeira ao Poder Legislativo.

Ressalta-se que a medida não cria despesa pública, limitando-se a autorizar descontos facultativos na remuneração dos agentes políticos, mediante sua expressa anuência.

3. Conclusão

Dessa forma, a proposta revela-se juridicamente viável, financeiramente neutra e socialmente adequada, não implicando qualquer impacto orçamentário, razão pela qual merece aprovação.

Sala das Sessões, 26 de março de 2026.

WAGNER ALVES
MACHADO
COSTA:02594194352

Assinado de forma digital por
WAGNER ALVES MACHADO
COSTA:02594194352
Dados: 2026.04.10 09:22:26 -03'00'

Wagner Alves Machado Costa
Vereador

Lei N 2.372

09 de Junho de 1964



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 5 de 10

Decreto Legislativo



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO
Gabinete da Presidência
CNPJ nº 00.661.689/0001-03

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA;

CONSIDERANDO que é missão da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, através da Presidência, desenvolver políticas administrativas que promovam a implementação das garantias e direitos fundamentais com vistas a efetividade dos valores de justiça e de paz social;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD), bem como a crescente utilização da Internet e de modelos digitais estruturados para acesso e processamento de dados disponibilizados pelos órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade de proteção e da privacidade dos dados pessoais dos titulares nos atos processuais e administrativos, garantia decorrente do inciso X do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

DECRETA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO INICIAL

Art. 1º Este Decreto regulamenta a aplicação da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA

§1º Para os fins deste Decreto, adotam-se as terminologias previstas no art.5º da Lei nº 13.709/2018.
§ 2º Este Decreto não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados por gabinetes parlamentares, lideranças partidárias, frentes parlamentares e Comissões Temáticas, quando o tratamento não utilizar sistemas institucionais da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO- MA.

CAPÍTULO II DO CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS SEÇÃO I DA INDICAÇÃO

Art. 2º As decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, no âmbito da Administração da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, que exercerá as atribuições de Controlador, será exercido com auxílio do Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações, composto por Colaboradores, respeitando suas respectivas competências e campos funcionais.



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 6 de 10



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

Gabinete da Presidência

CNPJ nº 00.661.689/0001-03

Art. 3º O Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, instituído mediante Portaria, é responsável por auxiliar o controlador no desempenho das seguintes atividades:

I-Monitoramento de dados pessoais e de fluxos das respectivas operações de tratamento;

II- Análise de risco;

III-Elaboração e atualização da Política de Proteção de Dados Pessoais;

IV-Exame das propostas de adaptação à Política de Proteção de Dados Pessoais, elaboradas na forma prevista no artigo 5º deste decreto.

Parágrafo único – O Comitê Gestor de Governança de Dado se Informações da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, será composto por 05 (cinco), colaboradores, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, tendo como Presidente um de seus membros, o qual exercerá a função de ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS após indicação do CONTROLADOR.

SEÇÃO III DA POLÍTICA DE TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 4º A Política de Proteção de Dados Pessoais, a que alude o inciso III do artigo 3º deste Decreto, corresponde à compilação de regras de boas práticas e de governança para tratamento de dados pessoais, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública, devendo conter, no mínimo:

I - Descrição das condições de organização, de funcionamento e dos procedimentos de tratamento, abrangendo normas de segurança, padrões técnicos, mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos, plano de resposta a incidentes de segurança, bem como obrigações específicas para os agentes envolvidos no tratamento e ações educativas aplicáveis;

II - Indicação da forma de publicidade das operações de tratamento, preferencialmente em espaço específico nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, respeitadas as recomendações da autoridade nacional;

III- enumeração dos meios de manutenção de dados em formato interoperável e estruturado, para seu uso compartilhado e acesso das informações pelo público em geral, nos termos das Leis federais nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º-Para fins de eventual tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO -MA, todos de interesse público, considera-se legítimo interesse, de que trata o art. 10 da Lei nº 13.709/2018, sem prejuízo de outras hipóteses previstas no ordenamento jurídico, a promoção da instituição, a aproximação com a sociedade, a preservação histórica, o exercício das atividades de representação do povo Vimaranesense, de legislar sobre os assuntos de interesse local, de controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo Municipal e da aplicação dos recursos públicos, e o fortalecimento da democracia, assim como aquelas atividades decorrentes de suas autonomias financeira e administrativa.

§ 2º-Os direitos do titular de dados pessoais, em qualquer caso, serão ponderados com o interesse público de conservação de dados históricos, preservação da transparência da instituição e das condutas de agentes públicos, no exercício de suas atribuições, e divulgação de informações relevantes à sociedade, no exercício da democracia.

Art. 5º-A sociedade civil, cidadãos juscelinenses, órgãos e entidades da Administração Pública de PRESIDENTE JUSCELINO - MA poderão, motivadamente, solicitar adaptações à Política de



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 7 de 10



ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

Gabinete da Presidência

CNPJ nº 00.661.689/0001-03

Proteção de Dados Pessoais, conforme as respectivas especificidades, cujas propostas de adaptação elaboradas deverão ser submetidas à análise do Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO- MA

Parágrafo único – O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar, em relação aos seus dados, contra a unidade administrativa que realizou o tratamento, mediante requerimento endereçado ao Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações, com direito a Recurso Ordinário dirigido a Diretoria Geral da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO- MA.

Art. 6º-A Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, na condição de Controladora, manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, especialmente quando baseado no legítimo interesse, solicitando-se, quando necessário, consentimento do titular dos dados pessoais, observando - se que tais registros, também, deverão ser realizados por qualquer empresa contratada que atue como operadora de dados pessoais.

Art.7º- Qualquer empresa contratada pela Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA que atue como operadora de dados pessoais deverá realizar o devido tratamento conforme a Lei nº 13.709/2018 –Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD), devendo a Comissão de Licitações e Contratos, assim como os demais servidores que atuarem no procedimento de contratações públicas orientar a observância dos preceitos, instruções e das normas sobre a matéria.

Parágrafo único - Os editais de Licitações, os chamamentos públicos, as dispensas de licitação, as inexigibilidades de licitação, assim como os instrumentos contratuais utilizados para estabelecer as relações de serviço com a Câmara Municipal, deverão mencionar expressamente a possibilidade de verificação da adoção das instruções e normas pela contratada no que se refere a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD), estando sujeitos a penalidades administrativas decorrentes da Lei de Licitações.

Art.8ºOs padrões de interoperabilidade para fins de portabilidade, livre acesso aos dados segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência serão regulamentadas por portaria da Diretoria-Geral da Câmara Municipal, ouvido previamente o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações.

CAPÍTULO III

DO ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS SEÇÃO I

DA DESIGNAÇÃO

Art.9ºO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS de que trata o Parágrafo Único do art. 3º desta Resolução, atuará como canal de comunicação entre a Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como com outras entidades de proteção de dados pessoais, sendo que:

- I- Deve possuir conhecimentos multidisciplinares essenciais à sua atribuição, preferencialmente conhecimentos **relativos** à privacidade e à proteção de dados pessoais, à análise jurídica, à gestão de riscos, à governança de dados e ao acesso à informação no setor público;
- II- Deve receber contínuo aperfeiçoamento relacionado aos conhecimentos de que trata o inciso I do caput deste artigo;
- III- Deve ser nomeado, por meio de portaria, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto;



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 8 de 10



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

Gabinete da Presidência

CNPJ nº 00.661.689/0001-03

IV- Não poderá ser designado para desenvolver atividades nas unidades de tecnologia da informação ou para atuar como gestor responsável por sistemas de informação no órgão e na entidade; e.

§ 1º A identidade e as informações de contato do encarregado serão divulgadas no sítio eletrônico da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO- MA, dando-se ostensiva publicidade.

§ 2º O disposto no "caput" deste artigo não impede que os demais setores e departamentos da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO- MA, em seus respectivos âmbitos, prestem auxílio administrativo para desempenhar os procedimentos de proteção/tratamento de dados, emitir locução como ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS.

Art. 10. O ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS deverá receber o apoio necessário para o desempenho de suas funções, bem como ter acesso motivado a todas as operações de tratamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública Direta.

Parágrafo único – O ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS designados em conformidade com este Decreto deverá desempenhar suas atribuições em articulação com o Ouvidor Geral da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art.11. São atividades do ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS:

I- Receber reclamações e comunicação dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e adotar providências, observado o disposto no art. 4º deste Ato;

II-Receber comunicações da ANPD e adotar providências;

III- Orientar os servidores e demais colaboradores da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA a respeito das práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV-Elaborar relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, quando necessário;

V-Adotar as medidas necessárias à publicação dos relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, na forma solicitada pela autoridade nacional;

VI-Receber e encaminhar à Administração da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA para adoção das providências pertinentes:

a) As sugestões direcionadas, nos termos do artigo 32 da Lei federal nº13.709,de14 de agosto de 2018;

b) O informe de que trata o artigo 31 da Lei federal nº13.709,de14 de agosto de 2018;

VII-Executar as demais atribuições estabelecidas em normas complementares;

Art. 12. Mediante requisição do ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS, os departamentos administrativos deverão encaminhar, no prazo assinalado, as informações eventualmente necessárias para atender solicitação da autoridade nacional ou de titulares dos direitos, devendo ser comunicadas, pelo gestor da unidade administrativa responsável pelo tratamento dos dados:

I-A existência de qualquer tipo de tratamento de dados pessoais;

II-Contratos que envolvam dados pessoais;

III- Situações de conflito entre a proteção de dados pessoais, o princípio da transparência ou algum outro interesse público;



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 9 de 10



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

Gabinete da Presidência

CNPJ nº 00.661.689/0001-03

IV –Qualquer outra situação que precise de análise e encaminhamento.

Art. 13. Os requerimentos do titular de dados, formulados nos termos do artigo 18 da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, serão direcionados ao ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS, e deverão observar os prazos e procedimentos previstos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º Os requerimentos de que trata o "caput" deste artigo serão respondidos pelo ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS, como apoio técnico da COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA de acordo com o art. 6º, Incisos I ao X da LGPD.

§ 2º O pedido acerca do tratamento de dados pessoais solicitado pelo titular não se confunde com o pedido realizado com fundamento na Lei nº 12.527/2011, mantendo-se válidos os dispositivos que restringem o acesso a informações pessoais por terceiros, salvo após decorrência do prazo de sigilo, previsão legal ou consentimento expresso do titular.

Art. 14. O ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS comunicará à Diretoria-Geral da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares informando:

I –A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

II –As informações sobre os titulares envolvidos;

III –A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

IV –Os riscos relacionados ao incidente;

V –Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;

VI –As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Parágrafo Único A comunicação será feita em prazo razoável, conforme definido em regulamento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O tratamento de dados pessoais, em conformidade com o art. 6º, incisos I ao X da LEI FEDERAL Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD) é qualquer ação que se faça com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, devendo o seu processamento ser devidamente regulamentado através de Instrução Normativa elaborada pelo COMITÊ GESTOR DE GOVERNANÇA DE DADOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO-MA e aprovado pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.

Parágrafo único – Para fins de elaboração da Instrução Normativa complementar e demais processos de tratamento de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA deverão ser obedecidos as bases legais insertas no art. 7º, incisos I ao X, e caput art. 23 da LEI FEDERAL Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS-LGPD) além das diversas normas infraconstitucionais, decorrentes de tais princípios que asseguram a privacidade, a intimidade, a veracidade e o acesso dos direitos da personalidade da pessoa natural, v.g., artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor; artigos 11,



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO DE PRESIDENTE JUSCELINO

Conforme Resolução Municipal

Segunda-feira, 13 de abril de 2026

Número 104 / Ano 2026

Página 10 de 10



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

Gabinete da Presidência

CNPJ nº 00.661.689/0001-03

12, 16, 17 e 21 do Código Civil; art. 3º, inciso IX da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97); artigo 313-A do Código Penal; artigo 5º da Lei nº 12.414/2011 (Lei do cadastro positivo); artigo 31 da Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011); Lei do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), dentre outras.

Art. 16. Cabe à Diretoria-Geral de Administração da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, por meio dos Departamentos Técnico/Administrativos da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO -MA:

I- Fornecer ao Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA os subsídios técnicos necessários para elaboração e monitoramento de diretrizes gerais relativas às operações de tratamento de dados pessoais;

II- Orientar, sob o aspecto tecnológico, a implantação, em seus respectivos âmbitos, da Política de Proteção de Dados Pessoais, em conformidade com as diretrizes gerais deliberadas pelo Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA

III- Expedir normas regulamentares necessárias ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018 e deste Ato após oitiva do Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA;

IV-Assegurar o cumprimento das normas relativas à proteção dos dados pessoais, de forma adequada aos objetivos da Lei nº 13.709/2018;

V- Recomendar à Mesa Diretora da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA, após oitiva do Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO -MA, as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei nº 13.709/2018;

VI- Orientar as demais unidades da estrutura organizacional da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei nº 13.709/2018 e neste Ato;

VII- Monitorar a aplicação da Lei nº 13.709/2018 e deste Ato no âmbito da Câmara Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO - MA

Art.17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDENCIA DA CAMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO ESTADO DO MARANHÃO, AOS 26 DIAS DE MARÇO DE 2026

WAGNER ALVES
MACHADO

COSTA:02594194352

Wagner Alves Machado Costa

Presidente da Câmara Municipal

Assinado de forma digital por
WAGNER ALVES MACHADO
COSTA:02594194352

Dados: 2026.04.13 09:16:48 -03'00'